

A RESILIÊNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL: A MOTIVAÇÃO DO PROFESSOR EM QUESTÃO

Grace de Azevedo Moreno¹

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo apresentar algumas reflexões acerca da resiliência no processo educacional. É notório, a saber, a necessidade de se analisar a complexa tarefa do profissional professor de sua responsabilidade no que concerne ao aprendizado do aluno. É proveniente do bem estar físico e mental do ser humano, visto que, para alcançarmos as necessidades básicas e atendê-las, é necessário atingirmos um grau de satisfação. Na escola, o professor deve buscar os motivos do aluno em situação de aprendizagem e, assim, buscar também sua aproximação com o saber, com a construção de sua aprendizagem. Mas e quanto às motivações desse profissional da área de educação? A educação, ou seja, o ambiente escolar é uma área que possui características particulares geradoras de stress e de alterações do modo de agir e até pensar dos que nele trabalham devido à tensão e às relações que se operam nele, como competitividade, poder, comunidade e com o conhecimento. Essas e outras questões são apontadas aqui.

Palavras-chave: processo educacional; motivação; resiliência.

ABSTRACT

This article has as main objective to present some reflections about the resilience in the educational process. It is notorious, namely, the need to analyze the complex task of the professional teacher of his responsibility in what concerns the student's learning. It comes from the physical and mental well-being of the human being, since in order to reach basic needs and to meet them, it is necessary to reach a degree of satisfaction. At school, the teacher should look for the student's motives in a learning situation and, thus, also seek their approximation with knowledge, with the construction of their learning. But what about the motivations of this education professional? Education, that is, the school environment is an area that has particular characteristics that generate stress and changes the way of acting and even think of those who work in it because of the tension and relationships that operate in it, such as competitiveness, power, community and with knowledge. These and other issues are pointed out here.

Keywords: educational process; motivation; resilience.

RESUMEN

Este artículo tiene como principal objetivo presentar algunas reflexiones acerca de la resiliencia en el proceso educativo. Es notorio, a saber, la necesidad de analizar la compleja tarea del profesional profesor de su responsabilidad en lo que concierne al aprendizaje del alumno. Es proveniente del bienestar físico y mental del ser humano, ya que, para alcanzar las necesidades básicas y atenderlas, es necesario alcanzar un grado de satisfacción. En la escuela, el profesor debe buscar los motivos del alumno en situación de aprendizaje y, así, buscar también su acercamiento con el saber, con la construcción de su aprendizaje. Pero, ¿y en cuanto a las motivaciones de ese profesional del área de educación? La educación, es decir, el ambiente escolar es un área que posee características particulares generadoras de estrés y de alteraciones del modo de actuar e incluso pensar de los que en él trabajan debido a la tensión ya las relaciones que se operan en él, como competitividad, poder, comunidad y con el conocimiento. Estas y otras cuestiones se señalan aquí.

Palabras clave: proceso educativo; la motivación; la capacidad de recuperación.

¹ Professora da rede de ensino pública estadual e municipal de Planalto/Bahia/Brasil. Graduada em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática pela UESB-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestra em Ciências da Educação pela FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES – FICS, Asunción - PY

1. INTRODUÇÃO

Yunes e Szymanski (2001, p. 15) ressaltam que o conceito de resiliência, foi criado pelo cientista inglês Thomas Young em 1807, teve sua origem na Física e na Engenharia, referindo-se “à capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente”.

A resiliência está ligada ao desenvolvimento e crescimento humanos, incluindo diferenças etárias e de gênero. 2. Promover fatores de resiliência e ter condutas resilientes requer diferentes estratégias. 3. Os níveis socioeconômicos e a resiliência não estão relacionados. 4. A resiliência é diferente dos fatores de risco e os fatores de proteção. 5. A resiliência pode ser medida; também é parte da saúde mental e a qualidade de vida. 6. As diferenças culturais diminuem quando os adultos são capazes de valorizar ideias novas e efetivas para o desenvolvimento humano. 7. Prevenção e promoção são alguns dos conceitos em relação com a resiliência. 8. A resiliência é um processo: existem fatores de resiliência, comportamentos resilientes e resultados resilientes (GROTBERG, 2003, p. 19 e 20).

Grotberg assim, (2003, p. 20) define resiliência como a “capacidade humana para enfrentar, sobrepor-se e ser fortalecido ou transformado por experiências e adversidade”, e complementa que a resiliência vem sendo reconhecida como um subsídio para a promoção da saúde mental e emocional, contribuindo, portanto, para a constituição da qualidade de vida.

1.1 A resiliência e a educação

Sousa (2006, p. 12) comenta que a resiliência serve como estratégia perante os momentos difíceis que possam surgir durante o ensino e aprendizagem.

Quando a vida fornece desafios, a sua resposta por si só pode empurrá-lo para ser uma oportunidade de aprendizagem ou um obstáculo. Temos de proporcionar oportunidades para os alunos e professores aprender e treinar suas habilidades de pensamento resiliente, desenvolvendo um processo de saltar de volta do fracasso com uma atitude positiva, com uma reformulação do problema, praticando e desenvolvendo novas abordagens - e ao mesmo tempo ainda mantendo um controle sobre realidade.

Os alunos devem ser capazes de considerar, esperar e planejar os efeitos positivos em qualquer situação ou futuro possível, preservando estratégias para lidar com as dificuldades.

Eles têm de aceitar retrocessos como oportunidades para entender as questões mais profundamente. E eles têm que reconhecer que este é o melhor caminho para se tornar melhor em alguma coisa.

A resiliência considerada no contexto de um indivíduo isolado é apenas uma fração da história. Os alunos e os funcionários têm de ser capazes de terem empatia, bem como gerir os seus próprios sentimentos, bem como se de forma eficaz, respeitosa, compassiva e carinhosa com amigos, colegas.

A chave é compreender nossos sentimentos sem ser conduzido por eles. Todos nós esperamos experimentar a energia mágica e motivacional que os sentimentos podem inspirar. O desafio é aproveitar esses sentimentos, para torná-los bons que nos ajudarão a avançar em muitas áreas da vida.

Ser capaz de contribuir para um mundo melhor através da compreensão e respeito de nós mesmos, ao desenvolver as forças de cada indivíduo é um componente importante da resiliência. Saber o que você está fazendo tem uma dimensão social tem sido mostrada como uma força motivacional significativa na escola, devemos a nós mesmos e aos nossos alunos para revelar este componente oculta. Para algumas pessoas, algumas vezes, isso pode ser um fator decisivo (SOUZA, 2006).

1. 2 Reflexões sobre a historicidade e objetivos da educação brasileira

Esse tópico objetiva mostrar um breve histórico de modo linear e cronológico de algumas reflexões quanto à questão da educação no Brasil. A importância do tema foi analisada através de pesquisas, a cerca de algumas teorias estudadas a respeito da evolução da história da Educação no Brasil, na necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais do ensino, frente também a melhoria das condições culturais e sociais e de todos os problemas que assolam a educação.

A elaboração do mesmo tem como enfoque as ideias sobre a Educação Brasileira como uma reprodução da tradição cultural, dos povos dominantes pela sua colônia (período colonial); as primeiras legislações a cerca da formação educacional (período monárquico); as reformas do ensino (período republicano); primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 nº 4.024/61; LDB - 5.540/68 dedicada ao Ensino Superior; LDB – 5.692/71; LDB – 7.044/82 e finalmente a Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96; formação do professor; a problemática na escola; a escola necessária e o conhecimento através do (re) encantar da educação.

A história da educação no Brasil iniciou em 1549, com a chegada dos jesuítas que aqui aportaram em companhia do primeiro governador geral Tomé de Sousa. A partir de então os padres da Companhia de Jesus (jesuítas), foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando aqui no Brasil de 1.549 a 1.759.

O plano de instrução dos jesuítas era baseado no *Ratio studiorum*, cujo ideal era a formação do homem universal, humanista e cristão. A ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas de pensamento, contra o pensamento crítico, privilegiando assim, o exercício da memória e o desenvolvimento do raciocínio.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 de Portugal e de seus domínios, surgiram as aulas régias; cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único.

Em 1827, foi promulgada a Lei do Ensino Primário, determinando que devessem ser criadas escolas de primeiras letras. Quanto as escolas Normais foram criadas na década de 1830 nas províncias da Bahia e do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que o fim do Império e começo da República foi o fruto do próprio fortalecimento do Estado, sob a forma da sociedade política. Até então a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição chamada Igreja.

Com a República, os anos foram marcados por reformas de ensino, e também com a importância dos aparelhos jurídicos e repressivos do estado no processo econômico. Em 1930, foi criado pela primeira vez um Ministério de Educação e Saúde, e só a partir daí foram fundadas as primeiras Universidades

do Brasil. Nesta mesma época, em 1931 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual a educação era analisada como parte de um contexto social maior e relacionada com fatores políticos, econômicos e sociais.

A Constituição Federal em 1946 estabeleceu que a união devesse legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação, unificando os sistemas dos Estados e do Distrito Federal. Logo em seguida, em 1948, surge a Lei Orgânica do Ensino Primário que traçou Diretrizes Nacionais para o Ensino Primário.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei de nº 4.24/61, que surgiu 15 anos após a Constituição de 1946, determinou o estabelecimento dessas diretrizes. O Conselho Federal de educação elaborou o Plano de Educação para os recursos do Ensino Primário, Médio e Superior agrupados nos respectivos fundos nacionais. Este Plano de outro caráter, era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas em um prazo de 8 anos.

É importante ressaltar que em 28 de Novembro de 1968 foi aprovada a Lei nº 5.540, dedicada ao Ensino Superior (ensino de 3º grau). O projeto Minerva, um importante e duradouro programa de rádio – difusão educativa do Brasil prestou inestimáveis serviços à Educação Nacional na década de 70, sendo o mais competente centro de produção de programas radiofônicos educativos que o Brasil teve nos últimos anos.

Assim, 10 anos após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 4.024/61), surge a Lei 5.692/71 fixando as Diretrizes e Bases do funcionamento do ensino de 1º e 2º graus, acrescentando apenas “O preparo para o exercício da cidadania”. O peso da tradição de mais de quatro décadas havia vencido. O 2º grau estava “livre” da obrigatoriedade de formar para uma profissão específica. O grupo hegemônico da sociedade havia garantido o seu direito de dirigir-se para o ensino superior sem que nesse trajeto tivesse de se ver envolvido com a Educação Profissional.

Para tanto, a Lei de nº 7.044/82, introduziu o conceito de *Preparação para o Trabalho*, ao invés de *Qualificação para o Trabalho*. Essa preparação fazia parte de uma proposta educacional que entende ser necessário educar para a vida produtiva e responsável, para o exercício do trabalho, mediante o qual o educando contribui para a manutenção de sua própria vida e da sociedade, sem, contudo, direcionar para uma ocupação específica.

Com a Lei 9.394/96, chamada pelo Presidente da República de “LEI DARCY RIBEIRO”, em homenagem ao seu idealizador, foi fixada as Diretrizes e Bases da educação Nacional, dedicando um capítulo específico a Educação Profissional.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, recoloca entre os fins da Educação Nacional o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Cada sistema de ensino deverá definir quais serão as normas que orientaram esse tipo de gestão, de acordo com suas possibilidades, tendo como um dos princípios básicos a participação das comunidades escolares ou equivalentes.

Hoje, a implantação da nova escola, segundo os paradigmas estabelecidos na nova LDB – nº 9.394/96 está a exigir dos gestores da educação uma nova postura que passa necessariamente pela autonomia do

estabelecimento de ensino, nas questões que a própria lei lhe conferiu. Por outro lado, o sucesso na aprendizagem deve ser a meta principal dos docentes, tarefas para qual não devem medir esforços, visto que, não significa que simplesmente os alunos devam ser “empurrados para frente”, mesmo que não tenham atingido os objetivos educacionais.

A atual LDB – nº 9.394/96, com a questão da formação dos docentes é tratado de uma forma até certo ponto contraditória. Se por um lado a lei eliminou a possibilidade de os sistemas de ensino continuar adotando, na formação de educadores, os chamados “Avanços progressivos”, institucionalizados pela lei nº 5.692/71, bem como aboliu as licenciaturas de curta duração, por outro lado, valorizou sob forma de “Aproveitamento de estudos” as experiências anteriores em instituições de ensino. Além disso, possibilitou também aos portadores de diploma de nível superior, habilitarem-se para o magistério da educação básica, após uma breve passagem em um programa de formação pedagógica.

Segundo Martins (2000), refere que a prática pedagógica atual é mantenedora, conservadora e burocratizada, embora não negue a existência revolucionária de classe. Em outras palavras, mesmo atuando sob uma práxis repetitiva e viciosa, os profissionais em educação já vêm imprimindo certa politização enquanto agentes sociais inseridos no sistema educacional. Traçando um perfil educacional que tece uma historicização das diversas categorias pelas quais o docente vem passando, o ensino brasileiro e o papel do docente, vêm marcados pela alienação, seja pelo determinante histórico em função da política do estado, seja pela própria prática alienada decorrente daquela.

Como bem destaca Martins (2000, p.271), *O professor ocupa um papel tão importante e estratégico, seja qual for o modelo de educação e a concepção que se tenha deste profissional: mero transmissor de conhecimento, orientador de estudos instrutor de ensino, facilitador de aprendizagem.*

Contudo, sua formação é sempre organizada para satisfazer certos perfis e características profissionais. Mas, é na produção da realidade social, pelos meios pedagógicos, que o professor se torna um agente político.

As condições históricas sobre as quais a educação se desenvolveu, constitui-se em dificuldades, que acarretam essas distâncias entre escola, comunidade e seguimentos políticos. E essas dificuldades se devem ao fato de que o próprio educador seja produto de uma escola dissociada da realidade e assim não consegue traduzir os mesmos do campo teórico em efetiva prática educacional. Como resultado dessa dicotomia, constata-se a existência de um “vácuo” entre a teoria e a prática pedagógica aplicada pelo educador em sala de aula.

Por isso, a importância do avaliar, tem como ponto de partida a educação continuada para o desenvolvimento da escola e do educador, na medida em que ela é capaz de transformar a atitude pedagógica do educador comprometido com reais mudanças dentro do processo educacional.

Neste processo, o educador consolida o seu modo de ver o mundo, suas concepções, seus paradigmas, e o refletirá em sua atitude pedagógica.

A concepção de que um projeto de formação de professores não pode visar unicamente à aquisição de conhecimentos, mas também ao desenvolvimento do professor quanto ao conhecimento de si próprio e da realidade, implica

necessariamente numa ação prolongada, baseada numa reflexão contínua e coletiva sobre todas as questões que atingem o trabalho pedagógico. (CANDAUI, 1999, p.78).

Entretanto, a reflexão que o educador possa produzir individual e coletivamente será o terreno fértil onde germinará a semente da educação continuada, como busca de respostas e possibilidades de mudanças. Porém, o que se observa quanto a ação ideológica dentro da escola, é que ela se dá de forma sutil, muitas vezes, ludibriando a capacidade de raciocinar de forma crítica sobre uma determinada situação vivenciada.

Na verdade, o ensino é um ramo de divisão social e do trabalho, que somente se impõe quando certas condições estão devidamente preenchidas. Em uma realidade social concreta, o processo educacional se dá através das instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade, etc.) que se tornam porta vozes de uma determinada ideologia pedagógica.

Os livros didáticos têm uma função ideológica, na medida em que escondem os erros e as misérias das crianças (para não ofender a sua ingenuidade), reproduzindo uma análise invertida da realidade, levando o indivíduo que é parte dessa massa dominada, a agir e pensar, como um ser que tem que seguir em frente acreditando verdadeiramente no que lhe é dito.

De acordo com Durkheim a educação é para entender a sociedade e não o homem em si. Entretanto estas são algumas entre tantas consequências, das alienações sofridas (na escola) pelo indivíduo na sociedade em que se encontra inserido.

Se o real fosse linear e natural como querem os detentores da ordem, a escola não representaria qualquer ameaça aos objetivos desses grupos. O problema é que o real não é natural, não é eterno, é histórico, e a história é feita pelos homens e essa história em construção atropela essas ideologias.

A relação entre educação política tem recebido os mais diversos tratamentos, especialmente por parte dos educadores que tem tecido algumas críticas aos rumos da educação brasileira, nos anos de autoritarismo obscurantista do Regime Militar Brasileiro. Cabe aqui uma colocação de Miguel Arroyo, feita no auge da abertura política:

O fato é que, nós, educadores não podemos mais olhar, apenas para as linhas da política educacional vindas de cima. Algo mais sério está acontecendo embaixo, perto de nossas unidades escolares, nas vilas e fábricas, no comércio das relações de força dessa sociedade onde a escola, esta inserida. Estar atento a esse movimento de forças que se dá no seio da sociedade brasileira é redefinir a escola, nossa prática, nesse contexto, eis a exigência. Continuar como estamos, fechados em nosso universo de problemas, teorias e rotinas, é uma forma de opção por um dos lados dessa luta. (ARROYO, 1980, p.51).

Sob qualquer aspecto de referência, a crítica denunciava a tentativa de transformar a educação em aparelho de inculcação ideológica, de uniformizar a concepção de mundo dos dirigentes, o estado na consciência dos educando ou de converter essa consciência em indiferença em relação a vida política nacional, e sim a própria participação do cidadão nos poderes de decisão.

Ao atingir o nível de consciência da necessidade da mudança de uma realidade social, temos como suporte novas formas de participação, que atingem objetivos para além da possibilidade de formar indivíduos. De outro lado, é feito um exame de como poderia se realizar esse processo e os educadores compreenderem que eles detêm os instrumentos educacionais do processo educativo, tais como: materiais didáticos, livros, currículo, planejamento, etc.

Tal aspecto tem um significado bem concreto: devem através dos processos educacionais, prepararem os alunos intelectualmente, cientificamente e profissionalmente para compreender a realidade social, econômica, política e cultural em que ele vive, e ao mesmo tempo prepará-los para uma participação efetiva no processo de mudança dessa realidade.

O processo de participação se dá de dois lados: o primeiro em nível individual, na medida em que adquire conhecimento da realidade e em nível do grupo social, pela interferência organizada dos indivíduos para mudá-la. Por esse motivo, o educador deve ser trabalhado com a certeza de abordar uma ação cuja natureza se articula diretamente com a realidade vivida pelos educandos. Isso ajusta à concepção de que o ato educativo é composto de um conhecimento (saber) e de ações resultantes desses conhecimentos (fazer).

É mister que a escola universalize a sua experiência e a sua prática pedagógica através da participação da sociedade, e dessa forma se democratizará a medida que seus processos decisórios estiverem coligados aos interesses de todas as classes.

No entanto fazemos com que a atividade educacional não seja apenas uma atividade de transmissão de um saber sabido, nem seja apenas transmissão de uma tradição que possa ir de geração em geração.

A escola pode e deve ser um centro de debates, de discussão, de ampliação de valores da própria cultura, da própria civilização e do grupo social a que ela atende, permitindo assim uma integração cultural, não pela dissolução dos valores e tradições da sociedade, mas pela incorporação dos valores que agora são conquistados e transmitidos pela prática educacional.

Pode-se observar que a escola necessária deve permitir que o educando seja capaz de entrar no mundo dessa realidade para entendê-lo, pois temos todos os direitos de ter acesso ao conhecimento daquilo que é socialmente produzido. Que a escola além de ser necessária e democrática, é aquela que possibilita o educador ser arrojado no sentido de transformar coletivamente ideias, valores e comportamentos, objetivando sempre o crescimento total de seu educando, nos vários aspectos de sua vida social, cultural e política.

Cabe à escola mostrar aos seus alunos a realidade do mundo no qual estão vivendo, levando-os a compreender formas de agir e atuar nesse mundo.

Entender que formar consciência crítica demanda desprendimento, por isso é fundamental que a educação escolar incorpore em seu processo pedagógico, o desenvolvimento de ações de conhecimento que leve primeiramente o educando a conhecer a sociedade em que vive conhecer a si mesmo como sujeito capaz de intervir em mudanças de transformações no seu meio social.

Neste contexto, forma-se a discussão sobre o conhecimento, abarcando todos os processos naturais e sociais, levando sempre em conta formas de aprendizagem, isto é, uma morfogênese. Porém a escola

passa a ter sua função abrangente, visto que seu papel não será apenas ensinar, mas também integrar-se bio-psico-social e, para que isso aconteça, é necessário o estímulo interacionista.

No decorrer da discussão, questionou-se a respeito da relação ensino/aprendizagem, história da educação e formação de professores, visto que nem sempre a informação leva ao conhecimento, bem como não existe conhecimento sem informação. O caminho traçado para o conhecimento tem como a *priori*, a informação, que impulsiona o sujeito levando-o a sentir interesse, afetividade, solidariedade, ou seja, motivação, e a *posteriori* o conhecimento, que sempre tem que estar localizado no tempo e no espaço.

A educação passa então a ter um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para a vida. Percebe-se que é preciso haver um ponto fundamental entre o que se sabe (processos vitais) e o que se aprende mediante o conhecimento (processos cognitivos).

Os processos cognitivos e os processos vitais finalmente descobrem seu encontro, desde sempre marcado, em pleno coração do que a vida é, enquanto processo de auto-organização, desde o plano biofísico até os da esfera societária, a saber, a vida quer continuar sendo vida – a vida se “gosta” e se ama – e anela a ampliar-se em mais vida. (ASSMAN, 1995, p.28)

Na verdade, o conhecimento é o emergir de níveis, é a complexidade e desenvolvimento de vida que precisa do encantamento da educação. Dessa forma, para educar e formar seres humanos conscientes, é preciso paixão, ternura, envolvimento e muita criatividade, a fim de definir elementos que venham a suprir as necessidades de cada indivíduo, levando em consideração que o mesmo é um ser individual e social simultaneamente.

Para tanto, o ambiente pedagógico no qual se dará a aquisição de novos conhecimentos, também deverá ser levado em consideração, visto que essa experiência tem por objetivo proporcionar ao educando uma sensação prazerosa, e não meramente institucional, tornando-se assim uma necessidade primária para o mesmo. Sem dúvida alguma é esse prazer que impulsiona que dinamiza o conhecimento, que faz com que cada um repense suas atitudes e modifique suas próprias linguagens.

Portanto, as experiências adquiridas através das vivências diárias já não bastam, pois é preciso gerar novas experiências sobre os mais variados assuntos. É necessário, para isto reestruturar a educação, fazendo a união da sensibilidade com eficiência pedagógica, a fim de encantar, seduzir e conduzir o educando ao maravilhoso caminho rumo ao conhecimento.

Surge então, a visão pós – modernista da educação, que deveria ser vista como forma de superação de buscar conhecimentos, de trocar experiências e saberes, como um processo de desenvolvimento do indivíduo. Contudo o sistema educacional oferece um paradigma, ou seja, um modelo próprio, não oportunizando dessa forma o surgimento de novos paradigmas, no qual esse processo de educação permita que todos se tornem “sujeitos” atuantes na sociedade.

A teoria defendida por Kincheloe (1997), para a transformação da educação, deverá partir do particular para o geral, visto que a relação educador/educando é uma consequência do macro sistema que lhe é imposto autoritariamente.

Entretanto no âmbito da escola pós – formal, a visão da Teoria Tecnicista, contrapõe-se à educação libertadora a partir do momento em que a relação estabelecida pelo Estado assume caráter autoritário, destacando os valores já adquiridos pela sociedade. KINCHELOE (1997) afirma que há uma necessidade de um novo olhar para a sala de aula, onde verifica-se que a mesma funciona como um grande laboratório pedagógico de educação, que coloca a escola sendo um sistema.

Contudo, a grande preocupação com a formação do educador pós – moderno deverá ser ousada, apontando para uma ruptura e levando posteriormente a uma superação, pois o indivíduo está refletindo constantemente sobre si mesmo com suas próprias ferramentas.

A palavra de ordem para o educador pós – formal é a experiência, a qual acontecerá no seu cotidiano, pois o mesmo deve utilizar-se do pensamento e da reflexão para o desenvolvimento de sua práxis, no que refere KINCHELOE (1997: 228), *Os professores, ao tornarem-se pesquisadores reflexivos, adquirem a habilidade de se adaptar a ideias emancipatórias mais amplas para os contextos específicos de ensino.*

Um educador pós-formal torna-se um investigador constante, num processo de comunicabilidade no qual não se podem negar as informações de seu âmbito educacional. Para isso é necessário que o mesmo adquira a maior gama de informações possíveis, para de essa forma chegar ao conhecimento. Entretanto, mediante as expectativas de Kincheloe (1997), é válido ressaltar um educador que conseguirá superar tais dificuldades, combatendo as insignificâncias e desenvolvendo de fato, um ensino gratificante de qualidade, não deixando lacunas que possibilitem possíveis penetrações advindas do sistema que atinge o processo educacional.

Assim, é no cotidiano da sala de aula que se faz o percurso de uma caminhada, mas não sem tropeços, sem necessidade de apoio, porque esse apoio é na verdade o próprio aluno que na demanda de suas próprias necessidades, vai orientando o “bom educador” a ensinar aprendendo a calcar passos decisivos no seu ambiente escolar, com uma abordagem sempre renovada.

Novas demandas sociais, porém, virão exigir dos educadores e administradores dos sistemas de ensino, respostas mais adequadas à realidade social, cultural, econômica e política do país.

Considera-se que, por um lado, os fatos históricos são fontes de ensino, a partir do momento que nos dão subsídios para a construção de uma educação nova e justa, tirando dos erros passados lições para os acertos da escola contemporânea. Por outro lado, tem-se um longo e árduo caminho a percorrer, e essa é uma tarefa intransferível de cada escola, comunidade, autoridades e professores.

E desse caminho deve ser removida a pedra, de forma que a escola brasileira deixe de ser um obstáculo e passe a ser uma passagem livre e segura para uma sociedade democrática, necessária, conhecedora da realidade contemporânea.

Em busca de aprimorar essa pesquisa com um breve histórico da educação no Brasil, sentiu-se a necessidade de conhecer um pouco da formação e profissão do docente no Brasil, para que se possam entender as reais circunstâncias que leva o professor a se desmotivar.

2- A Motivação e desmotivação de professores

Hoje, encontrar a motivação percebida de professores nas escolas na educação primária do Ministério da Educação permite às autoridades superiores, pessoal administrativo e de ensino para tomar as medidas adequadas na melhoria contínua nas instituições, ajudar a melhorar o ambiente de trabalho e facilitar uma evolução no desempenho do trabalho do pessoal e, portanto, no serviço oferecido.

No entanto, existem diferentes fatores que afetam escolas trazendo um desgaste dos professores, entre os quais: Problemas de ações de pessoal, salários atrasados, a rotatividade de pessoal constante, entre outros problemas afetam direta ou indiretamente o clima organizacional da comunidade educativa.

Já a motivação dos professores quatro variáveis (MARRIEL, 2006):

A) Satisfação: Esta definição é muito geral, pois cada indivíduo tem uma definição de satisfação no trabalho para uma satisfação no trabalho individual estão relacionadas com o salário atual, as possibilidades de ascender, o clima organizacional, entre outros. Estudos também sugerem que existem diferentes características pessoais que determinam os limiares de satisfação e insatisfação como a história pessoal e profissional, idade, sexo, educação, habilidades, autoestima ou ambiente cultural.

B) Remuneração: Um determinante da motivação refere-se a um indivíduo que recebe salários como pagamento de seu trabalho: uma remuneração mais elevada, maior satisfação. Para Robbins (2005, p.79): “(...) Os empregos mais bem pagos exigem habilidades superiores, dão mais responsabilidades para ocupá-lo, são mais estimulantes, oferecem mais desafios e dão maior controle”.

C) Sentimento de pertença: refere-se a "sensação de que percebe uma pessoa ou se sente parte de um grupo, agência ou departamento da organização. "(ROBBINS, 2005). Refere-se a incutir um senso de adesão da organização aos seus empregados permitem que um talento humano pró-ativo se desenvolva, funcionários envolvidos em seu trabalho, uma boa imagem corporativa, disposição para o trabalho. Por sua vez, cada diretor de escola deverá assegurar criar e estabelecer uma cultura organizacional em que o empregado conheça e apropria-se de modo a que é identificado e reconhecido em toda parte. Também deve ter um plano de incentivos que inclui agentes temporários e devem conhecer os seus funcionários e se preocupa com eles, é importante criar canais de comunicação criativa e eficiente para informar os trabalhadores e buscar estratégias que permitam o conhecimento das necessidades, gostos, preferências. De a mesma forma criar políticas e objetivos que beneficiam os docentes, de modo a eles pode criar sentimentos de pertença e de participação na organização.

D) Treinamento: Para Robbins (2005), o treinamento aumenta as capacidades do trabalhador para fazer o seu trabalho e dar mais esforço, aumenta a eficiência do pessoal e incentiva a motivação dos funcionários. Ele ressalta que os funcionários não são competentes para sempre, habilidades tornam-se

obsoletos, por isso a responsabilidade da organização é construir a confiança dos trabalhadores e ajudá-los a manter a sua competitividade pela formação contínua. O treinamento envolve atividades destinadas a melhorar o desempenho presente ou futuro, para aumentar a capacidade e melhorar o conhecimento e atitudes. O desempenho do empregado é uma função de conhecimentos, habilidades, atitudes e situação.

A formação e desenvolvimento dos docentes têm vários fins, entre os quais: levantar novos conhecimentos; atualizar habilidades; preparar para mudanças de carreira; corrigir as deficiências, habilidades e conhecimentos; melhorar as atitudes em relação ao trabalho e organização.

A desmotivação dos professores no ensino primário e secundário é alta. Neste contexto, encontramos uma elevada percentagem de professores desmotivados incapazes de motivar os seus alunos / as para o conhecimento e estudo. Esta motivação também é transferida em contato com os pais aqueles que procuram transferir a responsabilidade para o ensino, que devem ocorrer nas salas de aula e em muitos casos não há colaboração entre a escola, os docentes e os pais. Muitos docentes desmotivados podem contrair depressão. Nós vivemos em uma sociedade em crise economicamente. Este conflito social se estende até a sala de aula como um microcosmo da situação geral social. Fica estabelecido que inadequadamente resolver várias situações de tensão média tem um aumento significativo do risco de depressão. Os professores são cronicamente expostos às altas exigências de função de trabalho, com recursos limitados. Ambiente este propício para o desenvolvimento de depressão e/ou de Síndrome de Burnout.

2.1 A baixa auto estima de professores

Um professor com baixa autoestima não age nas melhores condições para a formação de seus alunos, e para seu próprio desenvolvimento profissional.

A baixa autoestima afeta essas ações educativas potencialmente atingindo a motivação e a criatividade dos seus alunos, bem como a sua própria motivação e criatividade, que pode fechar o ciclo em que passa por sua vida profissional (MARRIEL, 2006).

A autoestima pode ser considerada a membrana celular que, por sua vez, protege, representa sensibiliza e qualquer troca ou relacionamento. Esta membrana, no entanto, é destinada ao núcleo emocional. A baixa autoestima do docente influi na sua autoimagem, autoaceitação, identidade, características pessoais, concorrência, etc.

2.2 A desmotivação dos professores e o processo de ensino

Uma das principais fontes de desmotivação e geração de estados psicológicos negativos é o de privação de necessidades psicológicas básicas: a autonomia, a competência e a ligação emocional, causando a geração de um déficit motivacional. Portanto, certas manifestações emocionais, especialmente a atitude do professor em direção os alunos podem estar indicando ainda uma falta de motivação ou um baixo nível de satisfação, a existência de estressores, e pode até mesmo ser um sinal de um distúrbio psicológico que podem influir no desempenho do processo de ensino (KNUPPE, 2006).

A desmotivação pode ser observada com a constatação da ansiedade e do stress do professor que associado com sentimentos de baixa autoestima, falta de apoio da comunidade escolar, atitudes de desamparo todos esses sentimentos influem nos valores e objetivos da educação. O cotidiano que muitos professores vivem nas salas de aula das nossas escolas é marcado pelo casuísmo que muitas vezes abalam a aplicação das estratégias de ensino.

A violência nas salas de aula, a falta de contato entre a família e a escola, a ausência de uma base nos modelos educacionais da família, podem transformar o clima na comunidade escolar (KNUPPE, 2006). Fala-se de associações de defesa dos professores, podemos ver no caso de queixas, processos judiciais, ataques em que estão envolvidos os professores e os alunos cada vez mais jovens... Eles falam sobre a "crise de autoridade "e, além disso, umas crises generalizadas de valores nucleares desmotivam o docente influenciando em todo o processo de ensino.”

Esforços devem ter ser realizados como objetivo de implantar ações para realizar um trabalho de formação para facilitar a aquisição e consolidação de fundamentos básicos do ponto de vista educacional (KNUPPE, 2006) 1. Compreensão e análise dos elementos envolvidos no desenvolvimento de psicopatologias entre os professores, e as suas consequências, irá estabelecer o que as medidas corretivas podem fazer, que por sua vez formam a base para projetar intervenções preventivas no futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente dada aos profissionais deve estar voltada para a questão da profissionalização do professor como figura importante no processo de transformação social. Mais do que isso, a capacitação deve ajudar no desenvolvimento da identidade profissional, o professor precisa ter claro em sua mente o seu dever enquanto profissional de educação, claro que as condições de trabalho estão longe do ideal, os salários continuam baixos, os recursos também continuam escassos.

É notório, é uma luta, mas fornecer subsídios para que os alunos se tornem críticos e reflexivos sobre os problemas da sociedade é um primeiro passo. Talvez o passo mais importante, no caminho da transformação social que a sociedade brasileira precisa superar na busca de condições mais igualitárias, com uma divisão social mais justa e com a prestação de melhores serviços de saúde e educação.

Um lugar de trabalho motivante somente é possível se for criada uma escola renovada com um corpo docente renovado e reconhecido. Esta exige uma transformação de algumas das diretrizes pelas quais o desempenho dos professores é regida. Não é de surpreender que alunos e professores são os protagonistas nos processos de ensino e aprendizagem. Medidas para melhorar o sistema de educação, passam pela a valorização dos professores como um mediador essencial da ação educativa. Projetos educacionais estão em desacordo com as atitudes de negligência e de rotina. A administração deve assegurar a motivação e competência dos professores através de uma remuneração adequada e reconhecimento social, bem como através da oferta de programas de formação para garantir a sua qualificação.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Manuel Viegas. **Cinco Ensaio Sobre Motivação**. 2ª. Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 4ª. Edição. São Paulo: Atlas, 1997.

CARVALHO, Antonio Vieira de; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez. 1996, GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas, SP, 2001.

GROTBERG, E. H. **Nuevas tendencias en resiliencia**. In: MELILLO, A; OJEDA, E. N. S. (Comp.). **Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

McGREGOR, Douglas. **O Lado Humano da Empresa**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MALVEZZI, Sigmar. Do Taylorismo ao Comportamentalismo 90 Anos de Desenvolvimento de Recursos Humanos. In_ **Manual de Treinamento e Desenvolvimento**. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 1999. p. 29.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 11ª São Paulo: Futura, 2000.

MARRIEL, Lucimar Câmara et al . Violência escolar e auto-estima de adolescentes. **Cad. Pesqui**. São Paulo, v. 36, n. 127, p.35-50, Apr.2006. .

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. 1ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MULLINS, Laurie J. **Gestão da hospitalidade e comportamento organizacional**. 4ª Porto Alegre: Bookman, 2008.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do Trabalho Científico**. Teoria e Prática. 2ª edição revista e atualizada. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SOUSA, C. **Educação para a resiliência**. Tavira: Município de Tavira, 2006.

STONER, James Arthur Finch. & FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SCHERMERHORN JUNIOR, John; HUNT, James G.; OSBORN, Richard N. **Fundamentos de comportamento organizacional**. 2ª São Paulo: Bookman, 1998.

SOTO, Eduardo. **Comportamento organizacional: O impacto das emoções**. São Paulo: Pioneira, 2005.

VALENTE, I e ROMANO, R. **PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção**. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/16965.pdf>

YUNES, M. A. M; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.